

Características da produção científica sobre o trabalho infantil na América Latina

Characteristics of research on child labor in Latin America

Características de la producción científica sobre el trabajo infantil en Latinoamérica

Gisella Cristina de Oliveira Silva ¹
Jorge Alberto Bernstein Iriart ¹
Sônia Cristina Lima Chaves ¹
Erik Asley Ferreira Abade ¹

doi: 10.1590/0102-311X00031018

Resumo

O presente estudo analisou as características da produção científica sobre trabalho infantil na América Latina, de 2004 a 2014. Foram encontrados 114 trabalhos, nas bases de dados LILACS e SciELO. Os artigos foram categorizados com base nos conceitos de campo e agentes sociais de Pierre Bourdieu, destacando os produtores, os locais de publicação, os objetos e discursos. Observou-se um crescimento da produção no período, especificamente a partir de 2006. O Brasil ocupou a posição dominante na produção científica com 80,7% do total, seguido da Colômbia, Argentina e México. Os objetos de estudo são majoritariamente de abordagem qualitativa (55,3%) e metade dos artigos está indexada em revistas Qualis B1 ou superior. Apenas 14,9% das pesquisas, no entanto, receberam financiamento. Os produtores são de origens diversas, com a participação de psicólogos (26,3%), enfermeiros (17,5%) e economistas (13,2%). Os estudos estão situados em subáreas das Ciências Humanas, constituídas pelos discursos da Psicologia Social e do Desenvolvimento; Ciências da Saúde com destaque para os estudos epidemiológicos, pautados nos conceitos da enfermagem do trabalho e na subárea de Ciências Sociais Aplicadas com os estudos econômicos. Observou-se que os objetos de estudos relacionados ao trabalho infantil focam seu interesse na relação deste com a saúde, a educação, o trabalho e a assistência social, com pouca interdisciplinaridade nas publicações.

Trabalho de Menores; Criança; Adolescente; Pesquisa Qualitativa

Correspondência

G. C. O. Silva
Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.
Rua Basílio da Gama s/n, Campus Universitário Canela,
Salvador, BA 40110-040, Brasil.
gisellacris@yahoo.com.br

¹ Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.



Introdução

O trabalho infantil, como produto do mundo social, é estruturado e estruturante de diversas práticas sociais. No campo científico, a produção em torno do tema tem se ocupado da compreensão de múltiplos objetos de estudo e das discussões de vários pontos de vista, referentes à saúde, ao trabalho, ao direito, à educação, à economia, à política e à assistência social. Apesar do avanço nas últimas décadas do aparato jurídico de proteção à criança e ao adolescente no Brasil e da mobilização social frente ao trabalho infantil, permanecem ainda importantes lacunas no enfrentamento deste que constitui um relevante problema social, principalmente nos países em desenvolvimento.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que no ano de 2015, 168 milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 5 e 17 anos, participaram do mercado de trabalho em todo o mundo. Só na América Latina foram 12,5 milhões de crianças. Assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo o tráfico de drogas e homicídios, e exploração sexual e comercial é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que prevê sua erradicação em todas as suas formas até o ano de 2025 ^{1,2}.

Ainda que se observe um aumento na produção científica sobre o trabalho infantil, esta é composta por estudos que buscam identificar suas características gerais ³ e/ou avaliam políticas e programas sociais ⁴ que visam à sua eliminação. Os estudos de revisão abordam problemas específicos, como as características socioeconômicas e demográficas desse grupo ⁵, as consequências relacionadas à saúde e à educação ⁶. Não foram encontradas revisões que analisem a produção científica latino-americana em seu conjunto, considerando os autores, os métodos, os objetos e suas principais contribuições.

Diante disso, questiona-se, aqui, as características da pesquisa científica sobre o trabalho infantil na América Latina, após as ratificações de duas importantes Convenções Internacionais do Trabalho, realizadas pela OIT, que constituem os dois principais pilares jurídicos da luta mundial contra o trabalho infantil, que são: a de nº 138 sobre idade mínima de admissão ao emprego (1973) e a de nº 182 sobre as piores formas de trabalho infantil (1999), efetivadas no plano normativo, a partir do ano de 2003, pela grande maioria dos países representados ⁷.

Nesse sentido, mostra-se pertinente buscar compreender como o espaço de pesquisa sobre o trabalho infantil encontra-se em jogo no campo científico, de modo a analisar mais detidamente os objetos de interesse, aqueles considerados como importantes e interessantes pelos pares a tal ponto de merecerem o esforço da pesquisa. Como também, o discurso legítimo, ou seja, a fala sobre determinado objeto de estudo que é reconhecida e consagrada pelos pares como adequada para explicar a realidade. Por ser produto do campo científico, esses discursos podem estar em concorrência uns com os outros, de acordo com as diferentes posições que os pesquisadores ocupam ^{8,9}.

Como referencial teórico, adotamos a abordagem da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, especificamente com base na noção de campo científico como um espaço relativamente autônomo com leis e lógicas próprias, comportando relações de força e de dominação, e como tal fazendo imposições, solicitações; nesse circuito, o que está em jogo é o monopólio da autoridade científica, e mais, da competência científica, entendida aqui como a capacidade de falar e de agir legitimamente, que é socialmente reconhecida a um agente pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram.

Nesse particular, o espaço da pesquisa sobre o trabalho infantil na América Latina compreende as relações de forças dos agentes inseridos nas mais diversas subáreas do campo científico engajados em disputas concorrentes em torno de um objeto comum, isto é, na delimitação do campo dos problemas, dos métodos e teorias existentes na hierarquia social na estruturação de seu capital de crédito científico ^{8,10,11}.

No presente trabalho, não se buscou reconstruir toda a estrutura desse espaço científico específico e datado, mas descrever os produtores e analisar o conjunto de objetos de estudos, os discursos legítimos, os lugares de publicação e os temas que estão inseridos no debate acerca dessa temática na América Latina nos últimos anos.

Em suma, este trabalho apreendeu alguns elementos da produção científica, as propriedades sociais dos autores e seus objetos valendo-se da análise das características da produção científica sobre o trabalho infantil na América Latina, no período de 2004 a 2014.

Aspectos metodológicos

Realizou-se uma revisão da literatura dos artigos publicados no período compreendido entre 2004 a 2014, que representa os dez primeiros anos seguintes à publicação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, considerado um marco na atuação do Estado para a eliminação do trabalho infantil. As bases de dados eletrônicas LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online) foram escolhidas porque indexam estudos realizados na América Latina e Caribe. Utilizou-se os Descritores em Ciências Sociais em Saúde (DeCS), nos idiomas português e espanhol: *trabalho de menores; trabajo de menores; trabalho infantil; trabalho de crianças; trabalho de adolescentes; trabalho infanto-juvenil; trabalho precoce*.

Dois revisores independentes efetuaram a leitura dos resumos dos artigos identificados. Considerou-se elegíveis os estudos publicados em formato de artigos, que abordavam o trabalho infantil, com texto completo disponível. Foram excluídos os artigos que não abordavam a temática do trabalho infantil, os que não exibiam o texto completo ou estavam indisponíveis na rede, as duplicidades de publicações entre as bases de dados, e textos em outros formatos como capítulos de livros, normas técnicas, manuais, teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos e documentos institucionais.

A análise dos dados foi precedida pela leitura e catalogação dos artigos com a constituição de um banco de dados em planilha Excel (<https://products.office.com/>), sistematizando informações do periódico científico, dos produtores e dos objetos de estudos, que foram agrupados em temáticas que emergiram durante a própria análise dos artigos localizados.

Para a análise dos autores foram usadas as informações disponíveis nos artigos considerando apenas as informações do primeiro autor. Na ausência dessas, analisou-se o segundo autor. As informações sobre os autores foram conferidas com as informações disponíveis nos registros dos respectivos sistemas de informação unificados de cada país, que dispõem sobre a vida pregressa e atual dos profissionais, dos estudantes e pesquisadores.

Desse modo, o empreendimento científico sobre o espaço de produção do trabalho infantil compreendeu quatro dimensões do campo científico baseando-se nas seguintes categorias ^{8,9,10,11}.

- (a) Características de produção dos artigos: ano de publicação, países de produção do estudo, região, Qualis dos periódicos científicos, abordagens de pesquisas e financiamento, as áreas de conhecimento dos periódicos;
- (b) Características dos autores: escolaridade, inserção no campo científico e área de graduação;
- (c) Objetos de estudo: temática central presente nos artigos;
- (d) Discursos legítimos: ponto de vista apresentado pelos autores que mais aparece em cada uma das temáticas estudadas.

Quanto à classificação dos periódicos conforme o sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Capes (quadriênio 2013-2016), considerou-se a área de origem do periódico, ou seja, a área de maior vinculação da revista, tal como descrito em seu material de apresentação. Em relação aos dados sobre financiamento, considerou-se como financiada a pesquisa que explicitou esta informação em seu texto.

Para a análise dos objetos de estudo e discursos legítimos utilizou-se como critério a saturação destes na avaliação realizada por dois pesquisadores em momentos distintos.

Ainda, a fim de facilitar o processo de análise, utilizou-se o programa estatístico Stata versão 12 (<https://www.stata.com>) para a tabulação e cálculos das frequências que serão representadas por meio de tabelas.

Resultados

As condições de possibilidades da produção científica

Combinando os critérios de busca, foram localizados 161 artigos referentes ao tema do trabalho infantil no período estudado. Após a exclusão dos artigos que não atendiam aos critérios de inclusão para a análise, por abordarem de forma secundária a temática, foram analisados 114 artigos que compuseram o *corpus* deste trabalho.

A análise da produção científica sobre o trabalho infantil demonstra um crescimento nos últimos dez anos (Figura 1), notadamente a partir do ano de 2006, o que evidencia o maior interesse, tanto por parte das revistas quanto por parte dos pesquisadores em publicar sobre a temática.

O Brasil é o país que ocupa uma posição dominante na produção científica, com o maior número de publicações em todos os anos. Ele reúne a maioria das pesquisas (80,7%), seguido da Colômbia (7%), Argentina (5,3%) e México (4,4%). A propósito, a posição de destaque da produção brasileira é esperada por ter sido o primeiro país na América Latina a implantar em 1992 o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)¹², proposto pela OIT, que destinava recursos financeiros com o objetivo de combater o trabalho infantil em todas as suas formas e onde quer que ele se apresentasse no território nacional; fato que pode ter despertado o interesse para realizações de pesquisas científicas (Tabela 1).

No Brasil, a Região Sudeste (57%) reúne a maioria da produção, entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, seguida da Região Nordeste (23,7%) com estudos em João Pessoa (Paraíba), Bahia e Rio Grande do Norte. Em menor número, a Região Sul (10,8%) com estudos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; Região Centro-oeste (4,3%) com estudos no Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e a Região Norte (4,3%) com estudos apenas no Pará.

A majoritária presença das regiões Sudeste, Nordeste e Sul nas publicações pode ser explicada baseando-se nas condições de possibilidades da existência de cursos de pós-graduação com foco na temática observada, bem como, os interesses específicos de grupos de pesquisas destas regiões, que tendem a exercer um efeito estruturante sobre as representações e as práticas no campo científico, sendo capazes de expandir o número de publicações e legitimar o interesse por diversas temáticas.

Em relação às condições sociais da produção científica, os artigos estão indexados em um variado conjunto de revistas correspondentes a três grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, em grande parte, com estudos de abordagem da psicologia, da educação e da sociologia; Ciências da

Figura 1

Distribuição da produção científica por ano e país de publicação nas bases de dados LILACS e SciELO, 2004-2014.

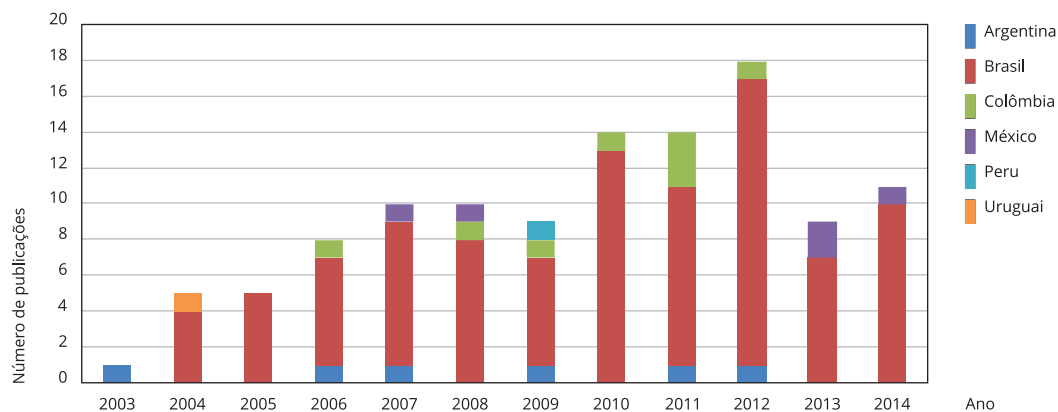


Tabela 1

Características gerais das produções científicas sobre trabalho infantil nas bases de dados LILACS e SciELO, 2004-2014.

Variáveis	n (N = 114)	%
Ano de publicação		
2004	5	4,39
2005	6	4,39
2006	8	7,02
2007	11	9,76
2008	10	8,77
2009	9	7,89
2010	14	12,28
2011	14	12,28
2012	18	15,79
2013	9	7,89
2014	11	9,65
País de produção dos artigos		
Brasil	93	81,58
Colômbia	8	7,02
Argentina	6	5,26
México	5	4,39
Peru	1	0,88
Paraguai	1	0,88
Uruguai	1	0,88
Áreas do conhecimento		
Ciências Humanas	54	47,40
Ciências da Saúde	39	34,20
Ciências Sociais Aplicadas	21	18,40
Qualis dos periódicos		
A1	21	18,40
A2	14	12,30
B1	22	19,30
B2	31	27,20
B3	13	11,40
B4	1	0,90
B5	4	3,50
Não consta	8	7,00
Abordagem de pesquisa		
Qualitativa	63	55,30
Quantitativa	45	39,50
Não especificada	6	5,30
Financiamento		
Não	97	85,10
Sim	17	14,90

Saúde, precisamente com abordagem em enfermagem, saúde pública e saúde coletiva; e Ciências Sociais Aplicadas, relacionadas à economia, ao serviço social e ao direito. Essas produções revelam o produto de um espaço científico altamente diversificado com conhecimentos e pontos de vista de campos distintos (Tabela 1).

Compreende-se que essas três grandes áreas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas são subáreas que constituem o espaço científico do trabalho infantil na América

Latina e orientam, desta forma, os debates na produção científica. Essas subáreas são relativamente heterogêneas e autônomas, e estão em permanente conformação, ou seja, em construção, devido às abordagens dos diferentes objetos de estudos, pelos distintos produtores.

Quanto à classificação dos periódicos no sistema Qualis da Capes (Figura 2), percebeu-se que 50% dos artigos estão indexados em revistas com indicadores altos variando de B1 a A1, sendo considerável a porcentagem de artigos em revistas Qualis A, com 30% do total dos textos analisados. Destaca-se, ainda, que apenas 15,8% dos artigos estão publicados em revistas que não têm fator de impacto, as quais são classificadas entre B3 e B5.

A área das Ciências Humanas vem publicando os resultados de suas pesquisas em periódicos de maior prestígio na área, classificados como A1 e A2. Já na área das Ciências da Saúde, os estudos encontram-se indexados em revistas de menor reconhecimento no âmbito acadêmico, com Qualis entre B3 e B5 e, por fim, as Ciências Sociais Aplicadas têm seus achados divulgados em revistas de prestígio mediano, com Qualis entre B1 e B2.

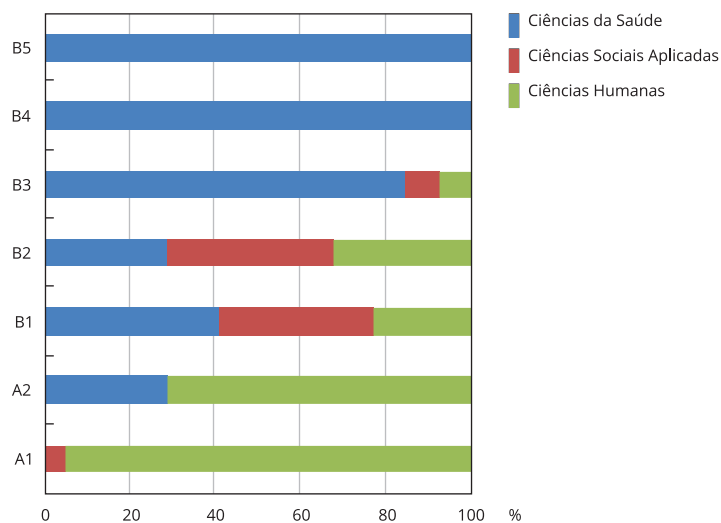
Os dados permitem presumir que há uma diferença no que diz respeito à atribuição de importância ao tema. Se nas Ciências Humanas parece haver uma maior valorização do trabalho infantil como problemática, na área das Ciências da Saúde é possível supor que o mesmo ainda é um tema periférico, o que ao mesmo tempo provavelmente gera dificuldade de publicação de trabalhos nas melhores revistas da área e a circunscrição do debate a circuitos de menor expressividade.

Os estudos de abordagem qualitativa compõem a maior parte da produção científica (55,3%), o que é coerente, também, com a predominância das publicações sobre o trabalho infantil na área das Ciências Humanas. Em se tratando de uma área do conhecimento que adota as concepções teóricas das representações sociais, das experiências, dos valores e das práticas; o uso de ferramentas metodológicas em pesquisa qualitativa, como as entrevistas individuais, a observação e o grupo focal, possivelmente melhor concorre para a compreensão da realidade social do trabalho infantil¹³.

Os artigos de abordagem quantitativa (39,5%) concentram a menor produção, e seus objetos de interesse estão distribuídos entre os periódicos das áreas das Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas e adotam como produção de dados tanto questionários, exames físicos e laboratoriais quanto dados secundários e pesquisa documental.

Figura 2

Qualis dos artigos publicados nas bases de dados LILACS e SciELO, 2004-2014.



A condição social de produção dos estudos (Tabela 1) revela que somente 14,9% das pesquisas sobre o trabalho infantil receberam financiamento, o que mostra um possível desinteresse tanto das agências de fomento a pesquisas públicas e instituições governamentais, como das instituições do setor privado em participarem do desenvolvimento das pesquisas sobre o tema. Reflete, também, que pode haver pouco investimento em editais que financiem pesquisas relacionadas à temática do trabalho infantil.

Dos 17 projetos de pesquisas que receberam financiamento, 11 estavam vinculados à área das Ciências da Saúde, com pesquisas realizadas apenas no Brasil, seguido das Ciências Humanas com quatro projetos financiados, e das Ciências Sociais Aplicadas com apenas um financiamento. O financiamento para as pesquisas desenvolvidas no Brasil era proveniente, em grande parte, de duas agências de fomento, a Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

É possível afirmar que o interesse maior das agências governamentais é por pesquisas que relacionam o trabalho infantil com os discursos legítimos da área das Ciências da Saúde. Cabe destacar que nas três áreas do conhecimento, grande parte das pesquisas foi realizada por estudantes que recebiam o apoio de bolsas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado provenientes das agências de fomento à pesquisa dos respectivos países para a formação profissional em nível de graduação e pós-graduação, o que possivelmente denota o baixo investimento em projetos científicos no espaço do trabalho infantil.

As características dos autores das pesquisas

A análise revela que o capital cultural dos produtores (Tabela 2) das pesquisas sobre o trabalho infantil, aferido conforme a titulação acadêmica considerada no período do estudo, evidencia-se na concentração da produção por parte de autores que possuem doutorado, mestrado e livre docência (71,1%), e estão vinculados principalmente ao campo científico.

A formação profissional dos produtores (Tabela 2) é bastante variada e corresponde com a distribuição das publicações nas subáreas científicas do trabalho infantil. Nos periódicos das Ciências Humanas é composto, em sua maioria, por produtores com formação em psicologia (26,3%), nas Ciências da Saúde em enfermagem (17,5%), e nas Ciências Sociais Aplicadas em economia (13,2%). Além disso, como já era esperado, a maioria dos produtores pública nos periódicos que condizem com sua área de formação, demonstrando pouca integração entre as subáreas.

As diversas linhas de formação profissional dos produtores mostram coerência com a ordem de produção no espaço científico do trabalho infantil, logo, aqueles que publicam em um determinado nicho são aqueles que possuem formação na área. Observa-se baixa interdisciplinaridade nas publicações. Isso se alinha à reflexão de Bourdieu^{8,11}, segundo a qual a ordem científica estabelece as intervenções científicas, os lugares de publicação e os objetos de pesquisa. Assim, todos os produtores de determinada formação social têm em comum um conjunto de esquemas de percepção fundamentais, comumente usados para classificar e qualificar os objetos nos diferentes domínios de sua prática¹³.

Quanto à posição social de ocupação dos produtores (Tabela 2) no interior do campo científico, os professores de universidade pública (51,8%) são maioria e exercem, principalmente, atividades de ensino e pesquisa; seguidos dos estudantes (33,3%) que representam os bolsistas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado, inseridos em grupos de pesquisas de universidades públicas. Não surpreendentemente, dadas as exigências de produtividade inerentes ao progresso na carreira acadêmica, são os professores e estudantes universitários (89,5%) que mais se interessam em produzir sobre o trabalho infantil. Já os produtores que se encontram nos espaços dos serviços (10,5%) são bastante diversos e estão vinculados às instituições públicas governamentais, especificamente, prefeituras, secretarias, hospitais e tribunal de justiça.

Qualquer que seja a posição ocupada pelos produtores, ela é objeto de luta e comporta as relações de forças e as relações objetivas entre os diferentes produtores. Ou seja, ela situa os pontos de vista dos produtores, relacionados com sua posição no espaço científico, os objetos legítimos e as abordagens em torno da objetivação do trabalho infantil^{8,11}.

Tabela 2

Caracterização dos autores das publicações científicas sobre o trabalho infantil indexadas nas bases de dados LILACS e SciELO, 2004-2014.

Indicador	n (N = 114)	%
Titulação		
Doutorado	48	42,1
Mestrado	28	24,6
Livre docência	5	4,4
Aperfeiçoamento		
Pós-doutorado	21	18,4
Especialização	5	4,4
Outros	7	6,1
Graduação		
Psicologia	30	26,3
Enfermagem	20	17,5
Economia	15	13,2
Ciências sociais	10	8,8
Medicina	7	6,1
Pedagogia	4	3,5
Serviço social	3	2,6
Fisioterapia	2	1,8
Educação física	2	1,8
Outros	21	18,4
Ocupação		
Professores de universidades públicas	59	51,8
Estudantes de universidades públicas	38	33,3
Espaço dos serviços	12	10,5
Professores de universidades privadas	5	4,4

Objetos de estudos por subáreas dos periódicos publicados

Na análise da produção científica emergiram 10 temáticas, sendo estas os objetos de interesse que se apresentaram entre as três subáreas que compõem o espaço científico do trabalho infantil. Essas temáticas são constitutivas dos discursos legítimos⁹ (Tabela 3).

O trabalho infantil na subárea das Ciências da Saúde

A análise realizada mostra que os 39 artigos indexados nos periódicos científicos, correspondentes a este subespaço, apresentam distintas questões prioritárias e estão distribuídos em seis temáticas de estudo: *Características Socioeconômicas e Demográficas sobre o Trabalho Infantil; Trabalho de Crianças e Adolescentes e as Consequências para a Saúde; Trabalho Infantil e Educação; Trabalho Infantil e Vulnerabilidade Social; Trabalho Infantil Urbano; e Representações e Experiências sobre o Trabalho Infantil* (Tabela 3).

Entre as sete temáticas de estudo sobressaíram três discursos legítimos. O primeiro deles refere-se aos estudos que abordaram as características socioeconômicas e demográficas do trabalho infantil, que estão interessados na identificação dos padrões, das tendências evolutivas e dos fatores condicionantes desta prática.

O segundo discurso legítimo, por seu turno, diz respeito à relação do trabalho infantil e as consequências sobre a saúde, como: as desordens do sistema musculoesquelético, os acidentes de trabalho, as notificações compulsórias, a segurança de alimentos, os inquéritos de saúde e os inquéritos de qualidade de vida de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

Tabela 3

Objeto dos estudos sobre o trabalho infantil por áreas de conhecimento, bases de dados LILACS e SciELO, 2004-2014.

Temáticas dos estudos relacionadas ao trabalho infantil	Áreas de conhecimento dos periódicos			Autores (ano) *
	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Sociais Aplicadas	
1. Características socioeconômicas e demográficas do trabalho infantil		Tendência temporal do trabalho infantil; Correlação entre indicadores sociais e programas de seguridade social; Perfil socioeconômico; Estilo de vida; Indicadores do desenvolvimento da infância		Guimarães & Asmus ³ (2010); Guimarães et al. ²⁰ (2009); Acosta et al. ²¹ (2012); Núñez Zambrano et al. ²² (2009); Tuñón & Salvia ²³ (2012); Acevedo et al. ²⁴ (2007); Carvalho ²⁵ (2008); Helal ²⁶ (2010)
2. Trabalho infantil de crianças e adolescentes e consequências para a saúde		Prevalência de desordens no sistema musculoesquelético; Acidente de trabalho; Problemas de saúde; Notificações compulsórias; Segurança de alimentos; Inquérito de Saúde; Qualidade de vida		Caetano et al. ²⁷ (2008); Acosta et al. ²¹ (2012); Asmus & Volney ²⁸ (2004); Vieira et al. ²⁹ (2012); Fraga-Maia & Santana ³⁰ (2005); Campos et al. ³¹ (2014); Pires et al. ³² (2012); Pimenta et al. ³³ (2011); Navarro-Mancilla et al. ³⁴ (2011); Silveira & Robazzi ³⁵ (2006); Silveira & Robazzi ³⁶ (2008); Robazzi et al. ³⁷ (2007); Meneses et al. ³⁸ (2012); Asmus et al. ³⁹ (2005); Barker et al. ⁴⁰ (2007); Pedraza Avella & Ribero Medina ⁴¹ (2006)
3. Trabalho infantil e educação	Processo de escolarização; Formação profissional; Educação e saúde; Subjetividade e práticas disciplinares; Prática do estudante sobre a escola, trabalho e futuro	Trabalho e estudo; Evasão escolar	Determinantes do trabalho e escolaridade	Sousa & Aberto ⁴² (2008); Macedo et al. ⁴³ (2012); Abadía et al. ⁴⁴ (2009); Giarola Cecilio & Penha Silveira ⁴⁵ (2014); Ávila ⁴⁶ (2007); Silveira et al. ⁴⁷ (2012); Feitosa & Dimenstein ⁴⁸ (2004)
4. Trabalho infantil e vulnerabilidade social	Riscos	Práticas do trabalho infantil em situação de rua; Situação de mendicância e prostituição; Prevenção da exploração sexual		Cruz & Assunção ⁴⁹ (2008); Baccarat & Mello-Jorge ⁵⁰ (2009); Alberto et al. ⁵¹ (2010); Machado & Silva ⁵² (2007)
5. Trabalho infantil urbano		Perfil do trabalho infantil urbano; Relação com a saúde; Trabalho entre adolescentes	Renda e estruturas dos mercados de trabalho; Aumento da idade mínima legal para ingresso no mercado de trabalho	Gonçalves et al. ⁵³ (2012); Martins et al. ⁵⁴ (2013); Ramalho & Mesquita ⁵⁵ (2013); Campos et al. ⁵⁶ (2011); Ferro & Kassouf ⁵⁷ (2005)

(continua)

Tabela 3 (continuação)

Temáticas dos estudos relacionadas ao trabalho infantil	Áreas de conhecimento dos periódicos			Autores (ano) *
	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Sociais Aplicadas	
6. Representações e experiências sobre o trabalho infantil	Vivenciam o brincar em seu cotidiano; Significado de infância; Reconhecimentos de direitos; Significado do trabalho; Trabalho e estudo; Motivações, organização familiar e práticas de socialização; Processo de inserção laboral; Trabalho informal; Trabalho formal; Situação de desemprego; Experiência de trabalho de adolescente que está cumprindo medida socioeducativa; Experiências no cotidiano do trabalho explorado; Produção científica	Prática de trabalho	Exploração do trabalho	Oliveira et al. ⁵⁸ (2009); Mattos & Chaves ⁵⁹ (2006); Santos & Chaves ⁶⁰ (2010); Alberto & Santos ⁶¹ (2011); Lima et al. ⁶² (2011); Oliveira et al. ⁶³ (2006); Silva ⁶⁴ (2011); Dias et al. ⁶⁵ (2007); Oliveira ⁶⁶ (2011); Thomé et al. ⁶⁷ (2010); Oliveira et al. ⁶⁸ (2006); Amazarray et al. ⁶⁹ (2009); Rodríguez ⁷⁰ (2004); Moreyra ⁷¹ (2007); Oliveira et al. ⁷² (2010); Lourenço ⁷³ (2014); Marchi ⁷⁴ (2013); Lima & Almeida ⁷⁵ (2010); Prado ⁷⁶ (2013); Kassouf ⁷⁷ (2007); Acevedo et al. ⁷⁸ (2011); Invernizzi & Tomé ⁷⁹ (2007); Cardoso & Souza ⁸⁰ (2011); Pico Merchan & Salazar Henao ⁸¹ (2008); Miranda Juárez ⁸² (2013); Feitosa & Dimenstein ⁴⁸ (2004); Fonseca ⁸³ (2010); Val & Tambellini ⁶ (2006); Rausky ⁸⁴ (2009); Morais & Fraga ⁸⁵ (2008); Frenzel & Bardagi ⁵ (2014); Innamorato & Reyes ⁸⁶ (2013); Jacobina & Costa ⁸⁷ (2007); Sales ⁸⁸ (2014)
7. Trabalho infantil doméstico	Remuneração; Caracterizar a atividade; Escolarização; Condições de trabalho; Invisibilidade			Aberto et al. ⁸⁹ (2009); Aberto et al. ⁹⁰ (2011); Patriota & Alberto ⁹¹ (2014); Santana & Dimenstein ⁹² (2005); Dellazzana & Freitas ⁹³ (2010)
8. Programas de transferência de renda e trabalho infantil	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Bolsa Escola; programa Bolsa Família; Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil; Programa contra a exploração sexual e trabalho infantil; Rotinas da vida acadêmica de adolescentes pelo programa Bolsa Família	Bolsa alimentação, bolsa escola e cartão alimentação; Ocupações exercidas por adolescentes e a inserção na escola; Direito à saúde	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Carvalho ⁴ (2004); Alberto et al. ⁹⁴ (2012); Rezende et al. ⁹⁵ (2012); Fonseca & Viana ⁹⁶ (2007); Guimarães et al. ²⁰ (2009); Conde ⁹⁷ (2013); Diniz et al. ⁹⁸ (2012); Cacciamali et al. ⁹⁹ (2010); Sartori ¹⁰⁰ (2006); Pires & Jardim ¹⁰¹ (2014); Sartori & Garcia ¹⁰² (2012); Luciani Conde et al. ¹⁰³ (2007); Gonçalves ¹⁰⁴ (2005)

(continua)

Tabela 3 (continuação)

Temáticas dos estudos relacionadas ao trabalho infantil	Áreas de conhecimento dos periódicos			Autores (ano) *
	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Sociais Aplicadas	
9. Trabalho infantil rural	Dimensão lúdica		Efeitos da riqueza familiar; Cultivo de tabaco; Impacto negativo sobre a saúde; Mobilização dos empresários ligados ao agronegócio; Infância e flexibilidade no trabalho da agricultura	Pedraza et al. ¹⁰⁵ (2008); Marin et al. ¹⁰⁶ (2014); Marin et al. ¹⁰⁷ (2012); Marin ¹⁰⁸ (2010); Kassouf & Santos ¹⁹ (2010); Nicoletta et al. ¹⁰⁹ (2008)
10. Trabalho infantil intergeracional			Diagnosticar a existência; Condições de vida; Efeito trabalhador adicional para filhos; Status ocupacional da pessoa de referência ou responsável pela família; Ordem de nascimento dos filhos	Aquino et al. ¹¹⁰ (2010); Oliveira et al. ¹¹¹ (2014); Cacciamali & Tatei ¹¹² (2008); Assunção & Alves ¹¹³ (2007); Ferreira-Batista & Cacciamali ¹¹⁴ (2012); Orraca ¹¹⁵ (2014); Paz & Piselli ¹¹⁶ (2011)

* Artigos analisados.

Percebe-se que esses dois discursos têm em comum, na estruturação dos objetos de pesquisas, a reflexão e argumentação dos saberes biomédicos, pautados, particularmente, nos conceitos e práticas da enfermagem do trabalho, tais como: história ocupacional, as sintomatologias e os agravos à saúde da criança e do adolescente em situação de trabalho.

Constata-se também que os objetos de estudo nessa subárea científica utilizam como principal abordagem metodológica a epidemiologia por meio da predominância de desenhos de estudos transversais e ecológicos. Nas últimas décadas, as abordagens epidemiológicas nas pesquisas vêm repercutindo na contribuição relativa da ciência brasileira na produção do conhecimento na América Latina e no mundo, em torno de questões como condições de saúde, os determinantes e a implementação de políticas e ações para melhorá-los ^{14,15}.

Chama atenção, assim, que o terceiro discurso legítimo que se apresenta na subárea da saúde é a relação entre trabalho infantil e educação, com o interesse pelos seguintes objetos: as práticas de estudantes sobre a escola, trabalho e futuro; evasão escolar e atraso escolar, todos comumente associados com o ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Destaca-se que a interdisciplinaridade é mais frequente nessa subárea, o que pode estar relacionado à expansão do campo da saúde coletiva ¹⁶, especialmente engendrada nos programas de pós-graduação na área, que favorecem a pluralidade e a heterogeneidade de referências epistemológicas e operacionais na construção da realidade social ^{17,18}.

O trabalho infantil na subárea das Ciências Humanas

Os resultados demonstram que os 55 artigos indexados nos periódicos científicos correspondentes a esta subárea apresentam distintos objetos legítimos de pesquisa, mas que podem ser agrupados em 06 temáticas de estudo (Tabela 3). Dentre as temáticas, destacam-se três discursos legitimadores, são eles: *Experiência do Trabalho Infantil*; *Trabalho Infantil Doméstico*; *Programas de Transferência de Renda e Trabalho Infantil*. Esses objetos estão estruturados, principalmente, nos discursos da Psicologia Social e do Desenvolvimento.

Verifica-se que os estudos que estão intimamente ligados aos discursos legítimos da experiência sobre o trabalho infantil se interessam, de modo geral, pelas dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas que estruturam as percepções, os significados, as práticas e as representações sobre o trabalho infantil em diferentes contextos.

Prezam-se alguns discursos específicos sobre a experiência do trabalho infantil que se associam com as diversas questões da organização estrutural do mercado de trabalho: o direito de brincar e as vivências lúdicas no contexto do trabalho infantil; o processo de inserção laboral e as atividades ocupacionais desenvolvidas, principalmente, nas relações informais do trabalho e, especificamente, na área urbana (ruas, comércio, residências, unidades domésticas de produção e nos serviços); a organização familiar, motivações e práticas de socialização; e as experiências no cotidiano do trabalho explorado.

Acresce-se aos discursos a investigação e problematização sobre o trabalho formal de jovens brasileiros em “condição de aprendiz”¹⁶, relativos à garantia de proteção aos seus direitos, à formação de identidade pessoal e ocupacional.

Na análise da subárea das Ciências Humanas destacaram-se os discursos sobre a caracterização das atividades do trabalho infantil doméstico – havendo a presença do gênero como variável analítica apenas nesta subárea – que abordou como objeto de estudo as condições de trabalho infantil, tipos e características, descrição das atividades desenvolvidas por gênero e faixa etária; as motivações para o início desta prática e remuneração, bem como a relação com o processo de escolarização e desempenho escolar.

Finalmente, o outro discurso legítimo que se encontra nesta subárea diz respeito aos estudos que relacionam os programas de transferência de renda e trabalho infantil com a compreensão dos seus aspectos institucionais e da efetividade das políticas sociais, particularmente no Brasil e na Argentina. Os estudos apresentaram em comum as análises das condições operacionais dos programas, as limitações, os benefícios, bem como as experiências desenvolvidas. Abordam ainda as ações socioeducativas, as rotinas escolares, frequência escolar, as dinâmicas familiares e as mudanças geracionais com base nos programas, em função do recebimento de benefícios.

Considerando as abordagens de pesquisa declaradas pelos produtores, a maioria se autodenominou como qualitativa, constituindo-se em grande parte por trabalhos de base empírica, seguidos de artigos de revisão, incluindo estudos de casos, relato de experiências e etnográficos.

É possível afirmar, no campo de possibilidades da produção científica do trabalho infantil, que os três discursos legitimadores – *Experiências do Trabalho Infantil* associadas com o mercado de trabalho, o *Trabalho Infantil Doméstico* relacionado à escolarização, e os *Programas de Transferência de Renda e Trabalho Infantil* – refletem-se nos objetos de pesquisa de maior interesse entre os produtores na subárea das Ciências Humanas.

O trabalho infantil na subárea das Ciências Sociais Aplicadas

Verifica-se na constituição dos discursos possíveis que a subárea das Ciências Sociais Aplicadas, com 21 artigos indexados, expressa um número menor na produção científica. Os objetos de estudos estão distribuídos entre seis temáticas, sendo que somente três destacaram-se como discursos legítimos, que são: *Trabalho Infantil Urbano*; *Trabalho Infantil Rural*; *Trabalho Infantil Intergeracional* (Tabela 3).

Os discursos legítimos sobre o trabalho infantil urbano abordam os determinantes do trabalho infantil associados à renda e à estrutura do mercado de trabalho, bem como os efeitos do aumento da idade mínima para o ingresso nas atividades laborais. Já os discursos sobre o trabalho infantil rural estão mais expressivamente associados ao setor agrícola, na discussão concernente aos impactos que este setor produz sobre a saúde, o desenvolvimento humano e a produção da pobreza, como também às razões da mobilização dos empresários do agronegócio no combate ao trabalho infantil.

Nesse contexto, os discursos sobre o trabalho infantil e transmissão intergeracional apresentam como objeto de interesse as condições de vida, o efeito do trabalho adicional para os filhos, a ordem de nascimento dos filhos, e ainda o status ocupacional da pessoa de referência ou responsável pela família.

Tendo em vista a dominância dos discursos da economia na estruturação desta subárea, observa-se, como destacado por Kassouf & Santos¹⁹, que nos últimos dez anos, graças à disponibilidade

de microdados de pesquisas domiciliares levantadas em diversos países e de análises econométricas voltadas ao tema do trabalho infantil, os economistas começaram a entender melhor os determinantes do trabalho precoce. Fatores tais como a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe da família, a idade em que os pais começaram a trabalhar, o local de residência, entre outros, são os determinantes mais importantes e analisados empiricamente.

Considerações finais

O estudo revelou as características da produção científica do trabalho infantil na América Latina no período de 2004 a 2014, com base em seus produtores, nos objetos de estudos e nos discursos legítimos que estão inseridos em três subáreas científicas. A produção de conhecimento está estruturada em três subáreas distintas: Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas.

A estrutura desse espaço resulta do entrecruzamento dos diversos pontos de vista dos produtores das pesquisas, que ocupam posições diferentes em suas respectivas subáreas, visando a definir a delimitação dos objetos de estudos, os métodos e as teorias socialmente aceitáveis na definição e na compreensão do trabalho infantil.

Constata-se que a produção científica brasileira é dominante na América Latina e que as regiões Sudeste, Nordeste e Sul são os polos que estruturam as pesquisas no país. São desenvolvidas majoritariamente pelo espaço acadêmico, formado por professores e estudantes, que ainda assim são os atores privilegiados na construção do discurso científico sobre o trabalho infantil, sendo a área das Ciências da Saúde a que mais obteve financiamento nesse período. Contudo, esses dados podem refletir os aspectos gerais do campo científico brasileiro, e não necessariamente uma característica específica da produção sobre o trabalho infantil.

Os objetos de estudos, em sua maioria, são de abordagem qualitativa, o que é coerente, também, com a formação dos produtores e a predominância de suas publicações na área das Ciências Humanas e Ciências Sociais. Já os objetos de estudo com abordagem quantitativa estão distribuídos entre os periódicos das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais Aplicadas. Esse achado deve ser interpretado considerando-se a ilegalidade da prática do trabalho infantil que dificulta a realização de pesquisas, especialmente, as de cunho epidemiológico.

Chama atenção, independentemente da subárea, que a lógica de interesse em determinados objetos de estudos se constitui, especificamente, pelo desenvolvimento de pesquisas que relacionam o trabalho infantil com as dimensões da saúde, da educação, do trabalho e da assistência social, ou seja, os objetos de estudos relacionados ao trabalho infantil são constituídos ao estabelecerem pelo menos um ponto de vista de uma destas dimensões.

Em síntese, o trabalho infantil não se apresenta como um objeto singular, nem como uma identidade única, pelo fato de estar estruturado nas diversas práticas sociais em distintos campos, o que dificulta a delimitação dos problemas em torno dos métodos e teorias existentes na estruturação do campo científico.

Devem ser consideradas algumas limitações na seleção do corpus deste trabalho, como: as bases de dados que indexam estudos realizados apenas na América Latina; o período da produção científica que compreendeu dez anos; o idioma em português e espanhol e a exclusão de trabalhos não indexados, capítulos de livros, normas técnicas, manuais, teses, dissertações, monografias, relatórios técnicos e documentos institucionais que poderiam ampliar novas abordagens presentes no campo científico, que o presente estudo não analisou. Sugere-se que novos esforços sejam feitos no sentido de aprofundar a investigação em outras bases de dados e com outras afiliações de países, bem como abrangendo também os demais tipos de produção científica afora os artigos.

Considera-se que este estudo mapeou os conhecimentos sobre a produção científica do trabalho infantil, sobretudo pela oportunidade de identificar e sistematizar a heterogeneidade dos objetos de estudos e a homogeneidade dos discursos legítimos nas subáreas científicas, bem como ofereceu elementos para a compreensão deste fenômeno no sentido de subsidiar ações que visem à erradicação do trabalho infantil na América Latina.

Colaboradores

G. C. O. Silva trabalhou na concepção do estudo, na coleta, na análise dos dados e na redação do texto. J. A. B. Iriart orientou o estudo, trabalhou na interpretação dos dados e na revisão final do texto. S. C. L. Chaves e E. A. F. Abade trabalharam na interpretação dos dados e na revisão final do texto.

Informações adicionais

ORCID: Gisella Cristina de Oliveira Silva (0000-0001-7614-6485); Jorge Alberto Bernstein Iriart (0000-0002-9518-1240); Sônia Cristina Lima Chaves (0000-0002-1476-8649); Erik Asley Ferreira Abade (0000-0001-5780-1229).

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa do doutorado. À Marcos Pereira Santos, professor assistente de Epidemiologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Referências

1. International Labour Office. World report on child labour: paving the way to decent work for young people. Geneva: International Labour Office; 2015.
2. Bureau of International Labor Affairs. Findings on the worst forms of child labor. Washington DC: Bureau of International Labor Affairs; 2016.
3. Guimarães RM, Asmus CIRF. Tendência temporal do trabalho infantil no Brasil, 1992-2006. *Cad Saúde Colet (Rio J.)* 2010; 18:404-9.
4. Carvalho IMM. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *São Paulo Perspec* 2004; 18:50-61.
5. Frenzel HS, Bardagi MP. Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico. *Rev Psicol Organ Trab* 2014; 14:79-88.
6. Val MB, Tambellini AT. A violência do trabalho infantil: aspectos sanitários, políticos, jurídico-legais e sociais – uma revisão da literatura. *Cad Saúde Colet (Rio J.)* 2006; 14:113-40.
7. Antão de Carvalho HJ, Gomes AV, Mourão Romero A, Sprandel MA, Villafañe Udry T. Análise e recomendações para a melhor regulamentação e cumprimento da normativa nacional e internacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, Programa IPEC Sudamérica; 2003.
8. Bourdieu P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; 2004.
9. Bourdieu P. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EdUSP; 1996.
10. Bourdieu P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 11ª Ed. Campinas: Papirus; 2011.
11. Bourdieu P. O campo científico. In: Ortiz R, organizador. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Editora Ática; 1983. p. 122-55.
12. Organização Internacional do Trabalho. Boas práticas de combate ao trabalho infantil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho; 2003.
13. Denzin NK, Lincoln YS. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin NK, Lincoln YS, organizadores. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Editora Artmed; 2006. p. 15-41.
14. IV Plano Diretor para o Desenvolvimento da Epidemiologia no Brasil. *Rev Bras Epidemiol* 2005; 8 Suppl 1:40-3.
15. Barreto ML. Crescimento e tendência da produção científica em epidemiologia no Brasil. *Rev Saúde Pública* 2006; 40:79-85.
16. Vieira-da-Silva LM. Gênese sócio-histórica da saúde coletiva no Brasil. In: Lima NT, Santana JP, Paiva CHA, organizadores. Saúde Coletiva: a ABRASCO em 35 anos de História. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2015. p. 25-48.
17. Birman J. Apresentação: a interdisciplinaridade na Saúde Coletiva. *Physis (Rio J.)* 1996; 6:7-13.
18. Iriart JAB, Deslandes SF, Martin D, Camargo Jr. KR, Carvalho MS, Coeli CM. A avaliação da produção científica nas subáreas da saúde coletiva: limites do atual modelo e contribuições para o debate. *Cad Saúde Pública* 2015; 31:2137-47.
19. Kassouf AL, Santos MJ. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. *Economia Aplicada* 2010; 14:339-53.
20. Guimarães RM, Asmus CIRF, Bravo ES, Penna FB. Trabalho infantil e implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no Estado do Rio de Janeiro. *Cad Saúde Colet (Rio J.)* 2009; 17:593-602.

21. Acosta G, Ortiz-Cuquejo LM, Lovera RE, Núñez M, Hadad M, Samudio-Dominguez GC. Aspectos socio demográficos de los niños/as trabajadores que requirieron atención médica en un hospital de referencia. *Pediatr (Asunción)* 2012; 39:107-11.
22. Núñez Zambrano LA, García Flores AS, Cieza Yrigoín D. Perfil socioeconómico y estilo de vida del niño trabajador, distrito de Chota 2006-2007. *Rev Enferm Herediana* 2009; 2:20-5.
23. Tuñon I, Salvia A. Límites estructurales para el desarrollo de la infancia en contexto de crisis. *Rev Latinoam Cienc Soc Niñez Juv* 2012; 10:179-94.
24. Acevedo K, Quejada R, Yáñez M. Estudio transversal de los determinantes del trabajo infantil en Cartagena, año 2007. *Rev Latinoam Cienc Soc Niñez Juv* 2011; 2:589-606.
25. Carvalho IMM. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH* 2008; 21:551-69.
26. Helal DH. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho brasileiro: padrões e tendências. *Pesqui Prát Psicossociais* 2010; 5:83-93.
27. Caetano VC, Ribeiro LC, Cruz DT, Asmus CIRF. Desordens músculo-esqueléticas em adolescentes trabalhadores. *Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum* 2008; 18:264-74.
28. Asmus CIRF, Volney MC. Saúde dos adolescentes trabalhadores em garimpos de diamantes. *Cad Saúde Colet* 2004; 12:179-96.
29. Vieira MFA, Matijasevich A, Damiani MF, Madruga SW, Neutzling MB, Menezes AMB, et al. Prevalência de retenção escolar e fatores associados em adolescentes da coorte de nascimentos de 1993 em Pelotas, Brasil. *Rev Panam Salud Pública* 2012; 31:303-9.
30. Fraga-Maia H, Santana VS. Concordância de informações de adolescentes e suas mães em inquérito de saúde. *Rev Saúde Pública* 2005; 39:430-7.
31. Campos ACV, Borges CM, Lucas SD, Vargas AMD, Ferreira EF. Empoderamento e qualidade de vida de adolescentes trabalhadores assistidos por uma entidade filantrópica de apoio ao adolescente. *Saúde Soc* 2014; 23:238-51.
32. Pires L, Rodrigues AM, Fisberg M, Costa RF, Schoen TH. Qualidade de vida de adolescentes modelos profissionais. *Psicol Teor Pesqui* 2012; 28:71-6.
33. Pimenta AA, Freitas FCT, Marziale MPH, Robazzi MLCC. Repercussões do trabalho na saúde dos adolescentes trabalhadores. *Acta Paul Enferm* 2011; 24:701-16.
34. Navarro-Mancilla AA, Rueda-Jaimes GE, López PAC, López JAF, Sánchez ME, Díaz-Martínez LA. Prevalencia de trastorno obsesivo compulsivo en adolescentes colombianos y su asociación con la doble condición de trabajo y estudio. *Rev Colomb Psiquiatr* 2011; 40:279-88.
35. Silveira RCP, Robazzi MLCC. As crianças e os adolescentes trabalhadores acidentados no trabalho e atendidos em unidade básica distrital de saúde em Ribeirão Preto. *Ciênc Cuid Saúde* 2006; 5:158-65.
36. Silveira RCP, Robazzi MLCC. Acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes trabalhadores em Ribeirão Preto-SP. *Ciênc Cuid Saúde* 2007; 6:502-7.
37. Robazzi MLCC, Silveira RCP, Marziale MHP, Haas VJ. Acidentes de trabalho infanto-juvenil constatados através de registros hospitalares. *Ciênc Cuid Saúde* 2007; 6:342-50.
38. Meneses RB, Cardoso RCV, Guimarães AG, Góes JAW, Silva SA, Argolo SV. O comércio de queijo de coalho na orla de Salvador, Bahia: trabalho infantil e segurança de alimentos. *Rev Nutr* 2012; 25:381-92.
39. Asmus CIRF, Raymundo CM, Barker SL, Pepe CCCA, Ruzany MH. Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. *Ciênc Saúde Colet* 2005; 10:953-60.
40. Barker SL, Raymundo Pepe CM, Asmus CI, Pepe CC. O Programa de Saúde do Trabalhador Adolescente – UERJ e a implementação da Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil. *Cad Saúde Colet (Rio J.)* 2007; 15:79-96.
41. Pedraza Avella AC, Ribero Medina R. El trabajo infantil y juvenil en Colombia y algunas de sus consecuencias claves. *Rev Latinoam Cien Soc Niñez Juv* 2006; 4:177-216.
42. Sousa OMCG, Alberto MFP. Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicol Estud* 2008; 13:713-22.
43. Macedo OJV, Alberto MFP, Araujo AJS. Formação profissional e futuro: expectativas dos adolescentes aprendizes. *Estud Psicol (Campinas)* 2012; 29 Suppl 1:S779-87.
44. Abadía SU, Cuevas LMT, Caicedo MC. Determinantes del trabajo infantil y la escolaridad: el caso del Valle del Cauca en Colombia. *Rev Latinoam Cienc Soc Niñez Juv* 2009; 7:707-33.
45. Giarola Cecilio S, Penha Silveira RC. Caracterização do trabalho de menores de uma escola estadual de Divinópolis-MG. *Ciênc Enferm* 2014; 20:47-60.
46. Ávila AS. Trabajo infantil e inasistencia escolar. *Rev Bras Educ* 2007; 12:68-80.
47. Silveira RCP, Ribeiro LC, Secco IAO, Robazzi MLCC. Caracterización socioeconómica y demográfica de niños y adolescentes que estudian y trabajan simultáneamente fuera de casa. *Rev Esc Enferm USP* 2012; 46:280-6.
48. Feitosa ICN, Dimenstein M. Trabalho infantil e ideologia nas falas de mães de crianças trabalhadoras. *Estud Pesqui Psicol* 2004; 4:59-75.
49. Cruz MNA, Assunção AA. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. *Saúde Soc* 2008; 17:131-42.
50. Baccarat CGM, Mello-Jorge MHP. Situação de mendicância, trabalho precoce e prostituição infantil envolvendo crianças e adolescentes em Londrina, Estado do Paraná – 2006. *Acta Sci, Health Sci* 2009; 31:23-9.
51. Alberto MFP, Silva ACS, Souza GP, Nunes TS. O trabalho infantil na rua. *Cad Psicol Soc Trab* 2010; 13:59-71.

52. Machado MNM, Silva JCC. Impasses na prevenção de exploração sexual: as imagens do trabalho infantil. *Aletheia* 2007; 25:49-65.
53. Gonçalves H, Menezes AMB, Bacchieri G, Dilélio AS, Bocanegra CAD, Castilhos ED, et al. Perfil de trabalho urbano de adolescentes de 14-15 anos: um estudo populacional no Sul do Brasil. *Ciênc Saúde Colet* 2012; 17:1267-74.
54. Martins AC, Bassit DP, Wanderley KS, Silva MS. Repercussão do trabalho infantil urbano na saúde de crianças e adolescentes. *Rev Bras Promoç Saúde* 2013; 26:9-16.
55. Ramalho HMB, Mesquita SP. Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. *Economia Aplicada* 2013; 17:193-225.
56. Campos T, Marques WEU, Debortoli JAO. A cidade e seus sinais: a construção de uma pesquisa com as crianças do malabares. *Licere* 2011; 14:1-40.
57. Ferro AR, Kassouf AL. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. *Rev Econ Sociol Rural* 2005; 43:307-29.
58. Oliveira ICC, Francischini R. Direito de brincar: as (im)possibilidades no contexto de trabalho infantil produtivo. *Psico USF* 2009; 14:59-70.
59. Mattos E, Chaves AM. As representações sociais do trabalho entre adolescentes aprendizes: um estudo piloto. *Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum* 2006; 16:66-75.
60. Santos GL, Chaves AM. Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças. *Psicol Esc Educ* 2010; 14:281-90.
61. Alberto MFP, Santos DP. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. *Psicol Estud* 2011; 16:209-18.
62. Lima MB, Ribeiro DF, Andrade AS. Percepções de crianças e adolescentes sobre seu trabalho informal. *Psicol Rev* 2011; 17:48-66.
63. Oliveira DC, Fischer FM, Teixeira MCTV, Gomes AMT. Teorias do senso comum sobre o trabalho do adolescente em São Paulo e Rio de Janeiro – Brasil. *Ciênc Cuid Saúde* 2006; 5:135-146.
64. Silva VH. Cidadania e inserção laboral assistida: a experiência do trabalho formal de adolescentes pobres. *Estud Psicol* 2011; 16:187-95.
65. Dias MSL, Bulgacov YLM, Camargo D. Vivência do desemprego por jovens aprendizes. *Psicol Argum* 2007; 25:351-60.
66. Oliveira RC. Trabalho adolescente: a experiência de uma ocupação regular. *Cad Psicol Soc Trab* 2011; 14:43-57.
67. Thomé LD, Telmo AQ, Koller SH. Inserção laboral juvenil: contexto e opinião sobre definições de trabalho. *Paidéia* 2010; 20:175-85.
68. Oliveira DC, Gomes AMT, Benite AM, Valois BRG. Cotidiano e adolescência: representações e práticas de trabalho, escola, relacionamentos interpessoais e futuro. *Rev Enferm UERJ* 2006; 14:182-90.
69. Amazarray MR, Thomé LD, Souza APL, Poletto M, Koller SH. Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. *Psicol Teor Pesqui* 2009; 25:329-38.
70. Rodríguez E. Políticas y estrategias de inserción laboral y empresarial de jóvenes en América Latina: el desafío de la empleabilidad. *Rev Latinoam Cienc Soc Niñez Juv* 2004; 2:49-83.
71. Moreyra VA. Paradigmas de niñez y adolescencia y el trabajo infantil. *Anu Investig – Fac Psicol, Univ B Aires* 2007; 14:149-57.
72. Oliveira DC, Fischer FM, Teixeira MCTV, Sá CP, Gomes AMT. Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores. *Ciênc Saúde Colet* 2010; 15:763-73.
73. Lourenço EAS. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. *Serv Soc Soc* 2014; 118:294-317.
74. Marchi RC. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. *Educar em Revista* 2013; 47:249-65.
75. Lima AC, Almeida AMF. Permanências e mudanças na definição intergeracional do trabalho infantil. *Educação & Sociedade* 2010; 31:347-69.
76. Prado RLC. Trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos: uma interpretação ideológica. *Estud Psicol (Campinas)* 2013; 30:101-10.
77. Kassouf AL. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia* 2007; 17:323-50.
78. Acevedo K, Quejada R, Yáñez M. Determinantes y consecuencias del trabajo infantil: un análisis de la literatura. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión* 2011; XIX:113-24.
79. Invernizzi A, Tomé S. O trabalho dos adolescentes no Algarve: um estudo sobre as suas motivações, organização familiar e práticas de socialização. *Análise Social* 2007; XLII:875-98.
80. Cardoso LFC, Souza JLC. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas* 2011; 6:165-77.
81. Pico Merchan ME, Salazar Henao M. El trabajo infantil como práctica de crianza: contexto de una plaza de mercado. *Revista Hacia la Promoción de la Salud* 2008; 13:95-120.
82. Miranda Juárez S. Reflexiones sobre los motivos del trabajo infantil y adolescente desde la esfera familiar en México. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión* 2013; XXI:11-23.
83. Fonseca LS. Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos. *Trab Educ Saúde* 2010; 8:137-53.
84. Rausky ME. ¿Infancia sin trabajo o infancia trabajadora? perspectivas sobre el trabajo infantil. *Rev Latinoam Cienc Soc Niñez Juv* 2009; 7:681-706.
85. Morais FKRO, Fraga MNO. Estado brasileiro e a questão do trabalho infantil: ensaio socio-histórico. *Rev RENE* 2008; 9:134-42.

86. Innamorato MP, Reyes PR. Particularidades y complejidades del trabajo infantil: aspectos conceptuales y aproximación empírica a un fenómeno oculto con dimensiones diversas. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión* 2013; XXI:25-42.
87. Jacobina OMP, Costa LF. “Para não ser bandido”: adolescentes em conflito com a lei e trabalho. *Cad Psicol Soc Trab* 2007; 10:95-110.
88. Sales MS. The process of constitution of identity in adolescence: work, class and gender. *Psicol Soc* 2014; 26:161-71.
89. Alberto MFP, Santos DP, Leite FM, Lima JW, Paixão GP, Silva SA. Trabalho infantil doméstico: perfil bio-sócio-econômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. *Cad Psicol Soc Trab* 2009; 12:57-73.
90. Alberto MFP, Santos DP, Leite FM, Lima JW, Wanderley JCV. O trabalho infantil doméstico e o processo de escolarização. *Psicol Soc* 2011; 23:293-302.
91. Patriota GFR, Alberto MFP. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. *Estud Pesqui Psicol* 2014; 14:893-913.
92. Santana M, Dimenstein M. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. *Psico USF* 2005; 10:93-102.
93. Dellazzana LL, Freitas LBL. Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos. *Psicol Teor Pesqui* 2010; 26:595-603.
94. Alberto MFP, Borges RS, Pessoa MCB, Sousa JML, Araújo PFM, Vaz ROF, et al. Programa de erradicação do trabalho infantil: ações extensionistas e protagonismo. *Psicol Ciênc Prof* 2012; 32:516-31.
95. Rezende MP, Cano MAT, Mauro MYC, Oliveira DC, Marziale MHP, Robazzi MLCC. Ocupações exercidas por adolescentes e sua relação com a participação escolar. *Acta Paul Enferm* 2012; 25:873-8.
96. Fonseca AMM, Viana ALd'A. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina. *Ciênc Saúde Colet* 2007; 12:1505-12.
97. Conde SF. As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta. *Revista Katálysis* 2013; 16:241-7.
98. Diniz MS, Assunção AA, Caiáffa WT, Abreu MNS. A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Escola Belo Horizonte: um estudo sobre os determinantes sociodemográficos. *Educação & Sociedade* 2012; 33:149-69.
99. Cacciamali MC, Tatei F, Batista NF. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea* 2010; 14:269-301.
100. Sartori E. Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente. *Cadernos Pagu* 2006; 26:253-78.
101. Pires FF, Jardim GAS. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Rev Bras Ciênc Soc* 2014; 29:99-112.
102. Sartori E, Garcia CHM. Políticas compensatórias versus emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. *Rev Adm Pública* 2012; 46:425-52.
103. Luciani Conde L, Barcala A, Moreya V, Rodríguez C, Camera O, Barbieri A, et al. Práticas dirigidas a la restitución de derechos de niños, niñas y adolescentes en situación de desempleo y desafiliación social en el ámbito de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: entre la utopía y la realidad. *Anu Investig – Fac Psicol, Univ B Aires* 2007; 14:139-48.
104. Gonçalves MS. PETI: uma abordagem crítica de um programa de erradicação do trabalho infantil no Nordeste brasileiro. *Revista Lusófona de Educação* 2005; 6:229-30.
105. Pedraza IAB, García VV, Martelo EZ, Bueno LEG. Infancia y flexibilidad laboral en la agricultura de exportación mexicana. *Rev Latinoam Cienc Soc Niñez Juv* 2008; 6:191-215.
106. Marin EC, Ivo AA, Frizzo G, Marin JOB. Infância, trabalho e lúdico no contexto da agricultura familiar fumageira. *Licere* 2014; 17:1-23.
107. Marin JOB, Schneider S, Vendruscolo R, Castilho e Silva CB. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 2012; 50:763-86.
108. Marin JOB. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. *Revista de Sociologia e Política* 2010; 18:189-206.
109. Nicolella AC, Kassouf AL, Barros ALM. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 2008; 46:673-701.
110. Aquino JM, Fernandes MM, Pazello ET, Scorzafave LG. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. *Revista de Economia Contemporânea* 2010; 14:61-84.
111. Oliveira EL, Rios-Neto EG, Oliveira AMHC. O efeito trabalhador adicional para filhos no Brasil. *Rev Bras Estud Popul* 2014; 31:29-49.
112. Cacciamali MC, Tatei F. Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais. *Brazilian Journal of Political Economy* 2008; 28:269-90.
113. Assunção JJ, Alves LS. Restrições de crédito e decisões intra-familiares. *Revista Brasileira de Economia* 2007; 61:201-29.
114. Ferreira-Batista N, Cacciamali MC. Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. *Nova Economia* 2012; 22:515-54.
115. Orraca P. El trabajo infantil en México y sus causas. *Revista Problemas del Desarrollo* 2014; 45:113-37.
116. Paz JA, Piselli C. Trabajo infantil y pobreza de los hogares en la Argentina. *Revista Problemas del Desarrollo* 2011; 42:135-56.

Abstract

The current study analyzed the characteristics of research on child labor in Latin America from 2004 to 2014. A total of 114 studies were identified in the LILACS and SciELO databases. The articles were categorized according to the concepts of field and social agents, as in Pierre Bourdieu, highlighting the authors, places of publication, objects, and discourses. An increase was observed in the research output during this period, specifically since 2006. Brazil held a dominant position in the research with 80.7% of the total publications, followed by Colombia, Argentina, and Mexico. The objects of study are mostly qualitative approaches (55.3%), and half of the articles are indexed in Qualis B1 journals or higher. However, only 14.9% of the studies had received funding. The authors have various backgrounds, featuring participation by psychologists (26.3%), nurses (17.5%), and economists (13.2%). The studies are situated in subareas of the Human Sciences, consisting of the discourses of Social and Developmental Psychology; Health Sciences, featuring epidemiological studies, based on concepts from occupational health nursing; and the subarea of Applied Social Sciences with studies in economics. The objects of studies on child labor focus their interest on its relationship to health, education, work, and social assistance, with little interdisciplinarity in the publications.

Child Labor; Chil; Adolescent; Qualitative Research

Resumen

Este estudio analizó las características de la producción científica sobre el trabajo infantil en Latinoamérica desde 2004 hasta 2014. Se encontraron 114 trabajos en las bases de datos LILACS y SciELO. Se categorizaron los artículos a partir de los conceptos de campo y agentes sociales de Pierre Bourdieu, destacando productores, lugares de publicación, objetos y discursos. Se observó un crecimiento de la producción en este periodo, específicamente a partir de 2006. Brasil ocupó la posición dominante en la producción científica con un 80,7% de la producción, seguido de Colombia, Argentina y México. Los objetos de estudio son mayoritariamente de abordaje cualitativo (55,3%) y la mitad de los artículos están indexados en revistas Qualis B1 o superiores. No obstante, solamente un 14,9% de las investigaciones recibieron financiación. Los productores tienen orígenes diversos, hay psicólogos (26,3%), enfermeros (17,5%) y economistas (13,2%). Los estudios están situados en las subáreas de las Ciencias Humanas, constituidas por los discursos de la Psicología Social y del Desarrollo; Ciencias de la Salud con énfasis en estudios epidemiológicos, según conceptos de enfermería laboral y dentro de la subárea de las Ciencias Sociales Aplicadas con estudios económicos. Se observó que los objetos de estudio relacionados con el trabajo infantil enfocan su interés en la relación de éste último con la salud, la educación, el trabajo y la asistencia social, con poca interdisciplinaridad en las publicaciones.

Trabajo de Menores; Niño; Adolescente; Investigación Cualitativa

Recebido em 21/Fev/2018
Versão final reapresentada em 23/Jan/2019
Aprovado em 26/Fev/2019